

Entrevista com **Adriana Facina**, historiadora, doutora em Antropologia e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1) Como você vê o conceito de “perigo” presente hoje em nossa sociedade?

Sabemos que, historicamente, em cada sociedade, em cada época, tivemos diferentes concepções do que seria um grupo perigoso, uma classe perigosa. Nos dias de hoje, o que vemos é essa noção de perigo, de grupos sociais perigosos se ampliando numa escala inédita. Com as transformações estruturais no capitalismo, sobretudo da década de 1970 para cá, cada vez mais se torna inviável incorporar a classe trabalhadora, a maioria pobre, ao mercado e ao mundo do trabalho via emprego formal, via consumo, via serviços públicos universais e de qualidade. E essa massa de gente vai formar o que o Zygmunt Bauman chama de “seres humanos supérfluos”. O capitalismo não tem nada a oferecer a elas e o capitalismo prescinde delas. Então, esses são aqueles que não têm nada a perder. E quanto mais gente que não tem nada a perder vamos gerando em nossa sociedade, maior essa sensação de perigo, de insegurança, de estranhamento em relação ao outro, porque menos oportunidades de igualdade, de cidadania, de inserção neste mundo se tem. Acho que hoje vivemos em um mundo em que quase todo mundo é perigoso.

2) Como esse conceito foi construído historicamente?

Ficando com o caso da pobreza, que é um exemplo interessante, até mais ou menos o final da Idade Média, tinha-se a ideia de que o pobre tinha uma função na sociedade, inclusive pela lógica cristã da caridade. Em geral, aquele que não podia viver do seu próprio trabalho era alguém que tinha sido afetado por alguma tragédia do destino, como órfãos ou pessoas com dificuldades físicas.

Com a modernidade, começa-se a ter a figura da pobreza laboriosa: é aquele que trabalha, que tem física e mentalmente como ganhar seu sustento, mas existe um sistema econômico que não permite que isso aconteça, mesmo em níveis mínimos. Por exemplo, com o processo de expropriação dos trabalhadores rurais com relação a seus meios de produção, de trabalho, aquele mínimo, que era produzir o alimento para seu sustento, deixa de estar garantido. Não é a toa que é exatamente nessa transição para o capitalismo que começam a surgir leis, na Europa, que obrigam os pobres a trabalhar ou são punitivas em relação aos pobres, porque eles vão se tornando uma ameaça. São pessoas que vão sendo jogadas às margens da sociedade porque não conseguem se inserir nela para ganhar o mínimo para seu sustento. Esse é um caso, fora os exemplos clássicos, como a questão da loucura como uma ameaça, uma coisa perigosa, a partir da modernidade. Já tivemos momentos em que o grande perigo era o comunista. Hoje, há a questão do grande perigo muçulmano.

3) No caso do Brasil, como esse conceito foi sendo construído?

Nossa sociedade é fortemente baseada na coerção. Nosso histórico de escravidão necessitou disso. Claro que a escravidão não se fez só de coerção, mas esse era um elemento fundamental. Isso já é algo constitutivo mesmo antes do surgimento de instituições como a polícia, que é especializada na repressão aos “de baixo”. Com a independência do Brasil e, posteriormente, com a República, vai-se constituindo um sistema estatal autônomo e a grande questão passa a ser como garantir a ordem numa sociedade como essa. Até hoje, o grande problema das elites, das classes dominantes, para manterem seu poder, é a questão da ordem, tanto que surgem projetos como Choque de Ordem, Banho de Ordem, Ordem Nova etc.

Então, desde o momento de sua constituição, as forças policiais tinham como alvo conter essa população, primeiro de escravos, depois de libertos, mas que não foram incorporados a uma

cidadania plena, igualitária, com garantia de direitos e deveres bem claros. Então, esse papel coercitivo da polícia esteve sempre presente, a polícia serve para isso: ela não é para fazer cumprir a lei; na verdade, ela cria suas próprias leis.

Criam-se uma região, um território e uma população sujeitos a leis diferenciadas. Hoje (16 de julho de 2010), por exemplo, uma criança foi baleada dentro da escola porque houve uma operação policial na favela ao lado, em Costa Barros, às 9h da manhã. Isso seria impensável na Gávea ou no Leblon, por exemplo. Seria um grande escândalo se atingisse uma criança dentro do colégio Cruzeiro. Isso mostra para que servem essas instituições. A polícia que faz isso não é ineficiente ou despreparada; ela foi preparada historicamente para esse papel que está cumprindo agora.

4) Como o fato de ser vista como “perigosa” afeta a população das favelas?

Se fossemos pensar em um país sério, diríamos que hoje vivemos uma epidemia de problemas psíquicos nesses lugares. Primeiro, há o estigma de essas pessoas serem consideradas perigosas, olhadas o tempo todo com desconfiança. Para os jovens, sobretudo, isso é muito traumático – por exemplo, estarem em um shopping e serem seguidos por seguranças. Além de isso ser muito traumático, há a experiência do que é ter sua vida valendo muito pouco. Cada vez que o Caveirão entra em uma favela, fazendo vítimas ou não – frequentemente, sim – a situação de medo dessas pessoas, de insegurança, de desvalorização da vida é muito grande.

Então, temos uma massa de pessoas com problemas de depressão, de uso de álcool e outras drogas, de autoestima, de concentração na escola. Tudo isso tem a ver com a construção desse segmento social como perigoso, como um segmento que ameaça o conjunto da “boa sociedade”, que são aqueles que não vivem nas favelas. Já tive oportunidade de ver cenas em que o Caveirão entrou em favelas atirando, de ver as crianças correndo se escondendo, a desolação no rosto das pessoas. Isso é uma coisa muito séria. Em termos de Saúde pública, isso deveria estar sendo tratado.

5) Em um artigo, você fala que, quando vai às favelas, as pessoas ficam esperando para ver sua reação, se você vai ficar com medo. Isso tem a ver com esse contexto, certo?

Geralmente, quando se visita uma favela, seja para conhecer ou estudar, a primeira coisa que as pessoas querem mostrar é como ali tem uma vida normal. Elas dizem: “ali tem uma loja de suco que é muito legal”, “vamos tomar sorvete não sei onde?” etc. Querem mostrar os artistas da favela, as pérolas do local, os lugares legais. Querem mostrar como ali a vida é normal, como as pessoas ali são como quaisquer outras, não são perigosas. Quando passa uma pessoa armada, param para ver sua reação e, logo depois, falam: “esse aí é cria daqui”, quer dizer, não é tão perigoso quanto parece, apesar de estar usando uma arma. E é unânime que o perigo na favela é quando há invasão policial.

6) Isso mostra que o conceito de perigo é relativo...

Sim, enquanto a classe média pede a polícia, o pobre foge da polícia, porque, de fato, o olhar da polícia – não enquanto indivíduos, mas enquanto instituição – vê a favela como uma coisa só, como o lugar do crime, do perigo, da ameaça à ordem. Então, não interessa se você é do crime ou não, se é criança ou velho. Se você está ali dentro, você está misturado com isso.

7) Muitos críticos à política de segurança implementada hoje no Rio de Janeiro falam em uma “política de extermínio da pobreza”. Você concorda com essa afirmação? Até que ponto isso seria legitimado por esse discurso de “perigo”?

Que há uma política de extermínio hoje é fato. Nos últimos 10 anos, foram mais de 10 mil mortos pela polícia no Rio de Janeiro. Na invasão do Iraque, de 2003 para cá, não morreu essa quantidade de gente; também não morreu essa quantidade de gente na Palestina, desde a Intifada. Então, nos lugares com guerra conflagrada no mundo, não existe essa taxa de mortandade.

O mais grave é que, além de extermínio, podemos falar em genocídio, pois não morre qualquer pessoa. Essa morte não é aleatória, em qualquer classe social ou qualquer cor. Ela tem cor, que é a preta; tem classe social, que é a trabalhadora, os pobres; tem idade, a juventude, geralmente os jovens até 30 anos; e tem sexo, que é o masculino. Então, é um segmento social específico que vem sendo exterminado. Por isso, podemos falar em genocídio.

E é um extermínio que é feito pela mão do Estado. A questão é se isso é consciente ou não, se é uma política deliberada ou não. Parece-me, pelas declarações do governador e do secretário de segurança que, cada vez mais, isso se torna uma política deliberada. Mas que há o extermínio nem eles têm como negar.

8) Que estratégias podem ser utilizadas para acabar com essa estigmatização de determinados grupos sociais?

Em primeiro lugar, é preciso construir um outro olhar sobre a favela, em que os próprios favelados sejam sujeitos nessa construção. Porque as políticas públicas de intervenção na favela se baseiam muito em olhares de fora, que veem aquele lugar como um lugar que não funciona, um lugar onde falta tudo, um lugar que é desordeiro. Desconsideram-se estratégias já seculares – porque a favela tem mais de um século – de sobrevivência, que se construíram dentro do caos, dentro da precariedade; sistemas de vida calcados em solidariedades orgânicas, outras formas organização popular que qualquer projeto de política pública para as favelas tem que levar em conta.

Mas isso só vai ser levado em conta quando o olhar partir de dentro da favela. Por isso, é importante termos favelados dentro das universidades, dentro das instituições políticas, dentro dos conselhos de governo, para que possamos construir isso. E incentivar também, mesmo dentro da universidade, outros olhares. As pesquisas vão priorizar o quê, a questão da violência, do tráfico? Mas, se formos acompanhar o cotidiano da vida nas favelas, mesmo que isso seja importante, é só um fragmento da vida; existem muitas outras coisas ali que escapam a esse olhar, um olhar treinado pela classe média.

A mesma coisa ocorre com as produções culturais, como filmes e novelas, que geralmente representam o povo favelado de forma muito estigmatizada. Então, é preciso conceder a essas pessoas o direito de se representar nos meios de comunicação, na indústria cultural, porque são raros os produtos que escapam disso. E temos que ter, de fato, políticas públicas de direitos humanos. Uma das coisas que fazem parte disso é o direito à visibilidade, a se autorrepresentar. Isso é muito importante. Enquanto essa população permanecer invisível, permanecer representada dessas formas, sempre que morrer alguém na favela será só um dado, um número, é alguém sem cara, sem nome, algum suposto bandido. Então, temos que pensar, de fato, em uma política de direitos que seja igual para todos.